

Dados, plataformas e o direito à educação: caminhos para regulação

I. Informações sobre a atividade

- **Formato do workshop**

Debate: O painel contou com quatro participantes e uma mediadora. Cada uma das participantes expôs seu ponto de vista sobre os principais fatores a serem considerados sobre o fenômeno da plataformação da educação brasileira, de forma a apontar caminhos pela busca de uma inovação emancipatória, segura e democrática.

- **Proponente**

Instituto Alana

Tipo: Terceiro Setor

Temas: DICD – ECONOMIA DE DADOS, DINC – CRIANÇAS E ADOLESCENTES, TEDU – EDUCAÇÃO ONLINE

- **Co-proponente**

EducaDigital

Tipo: Terceiro Setor

- **Palestrantes**

1) Comunidade Científica e Tecnológica

Nome: Djaine Damiaty

Organização: Universidade de Brasília

Minibiografia: Pesquisadora da Cátedra UNESCO em EaD e do Iniciativa Educação Aberta. É pós-doutoranda na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), onde atua na área de políticas públicas abertas e governança digital.

2) Setor Governamental

Nome: Ana Úngari Dal Fabbro

Organização: Ministério da Educação

Minibiografia: Coordenadora Geral de Tecnologia e Inovação do Ministério de Educação, mestre em Estudos de Desenvolvimento pela Escola de Economia e Ciência Política de Londres. Graduada em Direito.

3) Terceiro Setor

Nome: Stephane Lima

Organização: Instituto EducaDigital

Minibiografia: Colaboradora do Instituto EducaDigital e da iniciativa de Educação Aberta, Professora de Direito no UNDB Centro Universitário de São Luís – MA, Mentora Acadêmica, Pesquisadora Doutoranda em Teoria do Estado pela USP e Pesquisadora sobre Educação Digital e Regulamentação de Plataformas.

4) Setor Empresarial

Nome: Sill Pontes

Organização: ToDraw

Minibiografia: Fundadora da ToDraw empresa de desenvolvimento de tecnologias educacionais da MamyTech comunidade de mulheres de tecnologia moodle e H5P e Gestora de projetos de implantação de ambientes virtuais de aprendizagem como o moodle.

- **Relator**

Nome: Thais Rugolo

Organização: Instituto Alana

Minibiografia: Advogada do programa Criança e Consumo do Instituto Alana, co-coordenadora da Clínica de Direitos da Criança e do Adolescente da FDUSP, membra do GT Infância e Dados da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB-SP e Pós-Graduada em Direitos Digitais pela UERJ (2023-2024).

Setor: Terceiro Setor

- **Moderador**

Nome: Thais Rugolo

Organização: Instituto Alana

Minibiografia: Advogada do programa Criança e Consumo do Instituto Alana, Coordenadora da Clínica de Direitos da Criança e do Adolescente da FDUSP, membra do GT Infância e Dados da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB-SP e Pós-Graduanda em Direitos Digitais pela UERJ (2023-2024).

Setor: Terceiro Setor

II. Estruturação do workshop

- **Objetivos e Resultados Propostos**

O objetivo central do workshop foi possibilitar um espaço qualificado e multissetorial para reflexões da sociedade civil e dos setores público e privado sobre os riscos e os benefícios da introdução de tecnologias digitais em apoio à educação, analisando criticamente a mercantilização dos dados estudantis e a desmedida liderança de atores privados no processo de digitalização escolar. Como finalidade, foram propostos caminhos para o empoderamento da comunidade gestora brasileira, além de alternativas viáveis para uma educação com mais qualidade, transformadora e segura.

- **Objetivos e Resultados Atingidos**

O workshop conseguiu atingir plenamente os seus objetivos principais, a partir de debates que perpassam, em linhas gerais, os seguintes eixos temáticos: (i) oportunidades e desafios do uso de plataformas digitais e educacionais e dos recursos educacionais na sala de aula, com foco na educação aberta; (ii) atuação do governo federal e como ele tem olhado para o desafio da digitalização da educação a partir dos diferentes níveis da educação; (iii) como a pandemia motivou o processo de decisão e tomada de inserção de recursos educacionais na sala de aula e riscos já mapeados; (iv) desenvolvimento de recursos educacionais com modelos de negócios alternativos a modelos extrativistas, estimulando o desenvolvimento interno de tecnologia, a partir de software livre.

- **Justificativa em relação à governança da Internet**

No Brasil, o programa de Inovação e Conectividade do MEC (Educação Conectada) foi criado para a universalização do acesso à internet de alta velocidade e o fomento do uso de tecnologia digital na Educação Básica. A digitalização da educação é, portanto, uma política de educação básica oficial do Brasil. Contudo, diante de uma sociedade cada vez mais datificada, é preocupante que dados estudantis sejam usados para fins que não respeitem o melhor interesse de crianças e adolescentes. E, por outro lado, a ausência de conectividade universal e de qualidade levanta debates sobre o aprofundamento de desigualdades históricas. Enquanto pilares dos princípios que regem a governança da Internet no país, a universalidade, os direitos humanos, como a educação, bem como a interoperabilidade, a governança democrática e colaborativa não podem ser renegados a segundo plano. Em nível internacional, em abril de 2022, a relatora especial da ONU sobre o direito à educação, Koumbou Boly Barryl, publicou relatório sobre os impactos da digitalização da educação, tecendo críticas, comentários e sugestões a nível global. Na mesma linha, no próprio âmbito do CGI foi instalado o Grupo de Trabalho Plataformas para a Educação Remota (GT Plataforma Educacionais), cujo relatório recentemente produzido servirá de base para as discussões a serem promovidas no painel. A importância deste debate para a governança da Internet, a nível local e mundial é, portanto, premente. Assim, a partir de olhares multissetoriais, pretende-se firmar estratégias para garantir autonomia e liderança do poder público, melhor gestão de dados dos estudantes e ações práticas para gestores e famílias, integrando assim todos os setores que compõe o CGI em busca de uma educação inovadora, democrática e de qualidade.

- **Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante o Workshop**

O painel contou com a participação de representantes dos 4 setores que compõem a governança da Internet no Brasil. Cada um deles teve até 8 minutos para responder a uma pergunta relacionada a sua área de atuação, cobrindo-se o painel regulatório, políticas públicas, cenário da economia de dados na educação e os riscos e oportunidades para o direito à educação. Na sequência, a mediação possibilitou aos participantes presenciais e virtuais a oportunidade de deixarem suas reações e sugestões sobre o debate, por meio de plataforma interativa. Após, a mediadora fez uma nova pergunta disparadora a cada um dos palestrantes, que tiveram o mesmo tempo de resposta de até 4 minutos, nessa segunda rodada foram perguntados caminhos, exemplos e alternativas para os principais pontos críticos apresentados. Em seguida, foram selecionadas perguntas do público online e presencial. Ao final, a

mediação realizou um resumo das proposições levantadas.

III. Síntese dos Debates

TIPO DE MANIFESTAÇÃO (POSICIONAMENTO OU PROPOSTA)	CONTEÚDO	CONSENSO OU DISSENSO	PONTOS A APROFUNDAR
POSICIONAMENTO	<p><u>Djaine Damiati (UnB)</u>: de início, destacou que é necessário diferenciar plataforma e recursos digitais, pois isso pode ajudar a entender oportunidades além dos desafios. Segundo ela, plataforma digital é a definição de um modelo de negócio. Citou os desafios das plataformas educacionais, como por exemplo, a utilização dos dados das crianças para fins comerciais. Além disso, ela falou sobre o colonialismo digital que compreende o domínio de nações e o extrativismo de dados promovidos pelas potências tecnológicas e mencionou o colonialismo cultural, que é a alteração da cultura de determinado país pela interferência cultural externa.</p> <p>Djaine mencionou que as plataformas foram utilizadas de forma exacerbada durante a pandemia e disso decorreu uma grande exploração dos dados pessoais. Ela alerta que plataformas digitais educacionais estão coletando dados das crianças e adolescentes e esses dados são repassados para terceiros.</p> <p>Ela encerrou falando das oportunidades das plataformas educacionais, como a educação aberta, softwares abertos para ter a possibilidade de imaginar novos mundos.</p>	Consenso	<p><u>Como dimensionar se as oportunidades são maiores que os desafios em relação às plataformas educacionais?</u></p> <p><u>Como identificar a adequação do uso de recursos digitais ou de plataformas digitais educacionais?</u></p> <p><u>Como contornar o colonialismo digital no Brasil?</u></p>

<p>POSICIONAMENTO</p>	<p><u>Ana Dal Fabbro (MEC)</u>: iniciou comentando sobre o programa de inovação do Ministério de Educação que trazia uma visão de tecnologia nas escolas como ferramenta pedagógica aos professores.</p> <p>Como Djaine, ela também mencionou o quanto a pandemia acelerou o uso da tecnologia nas escolas para atender os desafios do ensino à distância. Ela cita que após a pandemia houve a aprovação de uma nova lei que é a Política Nacional de Educação Digital responsável por ampliar o olhar da educação digital e a necessidade de pensar em formações para professores, inclusão digital e uma nova dimensão de não só pensar na tecnologia dentro da escola como uma ferramenta, mas como uma ampliação do acesso à educação.</p> <p>Para ela, a PNAD já traz a importância de discutir a tecnologia dentro da sala de aula e a cultura digital, apresentando uma camada importante de reflexão crítica da introdução da tecnologia como aliada da educação.</p> <p>Para concluir, Ana mencionou que esse universo ainda precisa evoluir, pois existem muitos recursos, com objetivos muito diferentes entre si e essas são discussões relativamente novas para o poder público.</p>	<p>Consenso</p>	<p><u>Como a PNAD pode auxiliar em avanços na educação digital que promovam o direito à educação e a proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes?</u></p> <p><u>Como a educação digital pode ser um elemento a ser trabalhado pelo poder público para além da literacia digital?</u></p> <p><u>De que modo o poder público tem atuado para possibilitar a formação da comunidade escolar em temas relacionados à tecnologia? Essas formações consideram pontos como proteção dos dados, interoperabilidade e privacidade, por exemplo?</u></p>
-----------------------	--	-----------------	--

<p>POSICIONAMENTO</p>	<p><u>Stephane Lima (EducaDigital)</u>: Começa sua fala reforçando que a tecnologia usada com fins educacionais deve levar em consideração os direitos educacionais constitucionalmente instituídos enquanto princípios e regras. Falou da importância de seguir os critérios do plano nacional de educação. Abordou a plataformização da educação e como esse fenômeno ficou evidenciado no período pandêmico.</p> <p>Stephane abordou suas preocupações em relação aos Termos de Uso de grandes plataformas como Google e Microsoft,</p>	<p>Dissenso</p> <p>De maneira geral, Stephane apresentou dissenso quanto a possibilidade de aspectos positivos</p>	<p><u>A plataformização da educação pode ser revertida?</u></p> <p><u>É possível afirmar que a introdução de tecnologias digitais na educação resulta em aspectos positivos?</u></p> <p><u>Como associar recursos digitais ou plataformas</u></p>
-----------------------	--	--	---

	<p>citou como exemplo a falta de transparência presente nesses documentos, a dificuldade para encontrá-los e entendê-los, inclusive quando se tem conhecimentos específicos na área. Por fim, a debatedora questionou se a introdução das tecnologias digitais na educação não permitiram, na realidade, o treino das crianças e adolescentes para serem novos consumidores.</p>	<p>relacionados à plataformização da educação.</p>	<p><u>educacionais ao direito à educação?</u></p>
--	--	--	---

<p>POSICIONAMENTO</p>	<p><u>Sill Pontes (ToDraw)</u>: Iniciou sua participação abordando que é necessário utilizar plataformas educacionais para construir, cocriar, compartilhar e reutilizar conteúdos e objetos de aprendizagem.</p> <p>Mostrou estatísticas e dados sobre o sistema moodle e que este, enquanto plataforma de software livre, precisa ser melhor debatido e promovido no país. Sill acredita que no Brasil devemos cada vez mais investir no moodle nas escolas brasileiras, enquanto alternativa aos modelos atuais, que são limitados e inseguros. A debatedora mostrou exemplos do moodle como gerenciador de conteúdos, com a finalidade de incentivar que mais pessoas, especialmente mulheres, se interessem pelo desenvolvimento de ferramentas e sistemas de software livre com fins educacionais.</p>	<p>Consenso</p>	<p><u>Como o software livre pode ser uma alternativa às plataformas disponibilizadas por grandes empresas internacionais?</u></p> <p><u>Os governos brasileiros possuem condições de investir em ferramentas e sistemas de software livre?</u></p> <p><u>Quais políticas públicas são necessárias para a formação de jovens especialistas no desenvolvimento de software livre?</u></p>
-----------------------	--	-----------------	---

<p>POSICIONAMENTO</p>	<p>Thais Rugolo: Para encerrar e concluir o primeiro bloco expositivo realizado pelas debatedoras, a mediadora enfatizou que as tecnologias digitais educacionais precisam se alinhar ao direito à educação e considerar o contexto de desigualdades existente no Brasil, em que um número considerável de escolar sequer possui infraestrutura básica e</p>	<p>Consenso</p>	<p><u>Como a PNAD introduz as diretrizes para a ampliação da conexão das escolas no Brasil?</u></p> <p><u>As tecnologias educacionais têm sido pensadas para garantir</u></p>
-----------------------	--	-----------------	---

	conexão de qualidade.		<u>acessibilidade a todas as infâncias, inclusive das mais vulneráveis?</u>
--	-----------------------	--	---

BLOCO: PERGUNTA GERAL DIRECIONADA PELA MEDIAÇÃO

<p>POSICIONAMENTO</p>	<p><u>Pergunta Geral (realizada pela Mediadora):</u> Como podemos alinhar desenvolvimento, tecnologia e direito à educação para que possamos de fato ter ferramentas educacionais digitais que consideram o aprendizado das crianças, a partir dos diferentes contextos que temos no Brasil?</p> <p><u>Sill Pontes:</u> é necessário um movimento amplo e complexo, não se pode fragmentar ações. O desenvolvedor não pode trabalhar separado do setor acadêmico, por exemplo. Mais do que isso, é necessário uma mudança de cultura para produzir algo significativo, o que significa colocar todos os atores em contato, seja na área da segurança, legislação, conteúdos e também o design.</p> <p><u>Stephane Lima:</u> a UNESCO já vem colocando em seus documentos diretrizes como a indicação de que as tecnologias digitais que serão usadas para educação precisam atender o direito à educação, isso significa estar em linguagem acessível para o local, ser acessível, inclusiva e equitativa. É necessário que as ferramentas possam abranger o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, não se pode aceitar, por exemplo, mecanismos de recomendação de conteúdos, que atropelam a liberdade e autonomia do ensino.</p> <p><u>Djaine Damiaty:</u> é importante pensar nas novas funcionalidades que vão sendo agregadas nas plataformas educacionais e de que como a legislação responde a essa questão. É importante sempre analisar se, o uso de ferramentas educacionais de modo utilitário, não reduz a agência dos educadores e instituições. As plataformas centralizam serviços, monopolizando poder e saberes. Como construir modelos livres que dão mais poderes aos usuários?</p> <p><u>Ana Dal Fabbro:</u> é preciso separar os recursos que são adotados de forma</p>	<p><u>Pontos a serem aprofundados</u></p> <p><u>Como difundir a plataforma MEC RED perante a comunidade educadora?</u></p> <p><u>Quais aspectos devem ser considerados na qualificação de gestores para a contratação de plataformas ou recursos educacionais?</u></p>
-----------------------	--	--

	<p>livre pelos professores e dos recursos que são adotados de maneira sistêmica, por secretarias de educação. Do ponto de vista dos professores, é preciso investir na formação de professores para que eles tenham uma maior capacidade crítica na escolha de ferramentas. Ainda há baixa capacidade de utilização e de curadoria dos professores para lidar com as ferramentas tecnológicas. Ana comenta que o MEC já possui uma plataforma de Recursos Digitais Abertos, MEC RED, que visa conectar os recursos tecnológicos aos educadores e gestores. Quando olhamos para secretária de educação é necessário ter mais dados sobre o aprendizado do estudante, essa perspectiva é fundamental para que se possa superar desafios de aprendizado. O grande desafio é que muitas secretarias no Brasil não utilizam qualquer plataforma, o que impossibilita qualquer análise mais estruturada. Outro ponto crítico para melhoria do cenário é a baixa infraestrutura das secretarias, que não contam com profissionais capacitados para o desenvolvimento das próprias plataformas, dependendo dessas soluções empresariais já consolidadas e que resolvem o problema de forma rápida, saindo na frente de outras. Capacitação, portanto, é essencial, inclusive para empoderar os gestores no momento de contratação, para se atentar a esta discussão da proteção dos dados pessoais dos estudantes.</p>	
--	--	--

BLOCO DE PERGUNTAS REALIZADAS PELO PÚBLICO PRESENCIAL E ONLINE

Pergunta	Resposta	Pontos a aprofundar
<p>Pergunta específica: Em que momento histórico a educação aberta começa a emergir?</p>	<p><u>Djaine Damiati</u>: Surge junto com o processo de popularização da Internet. Inspirada no movimento do software livre. O auge se deu no início dos anos 2000 e em 2002, a UNESCO trouxe a definição de educação aberta como uma forma de educação que garante acesso aos recursos, que possibilita maior autonomia de aprendizado, uma maneira de expandir o acesso e não de exclusão.</p>	<p><u>A educação aberta é um conceito já difundido no Brasil?</u></p>
<p>Pergunta específica: Como o poder público pode utilizar</p>	<p><u>Ana Dal Fabbro</u>: A chave é ter clareza que a tecnologia não vem para minar a autonomia do professor. Temos que conseguir separar</p>	<p><u>De que modo os educadores devem ser incluídos no processo</u></p>

<p>dados em relação aos servidores e quais são os impactos das utilizações desses dados na relação laboral de professores quando nós estamos diante de projetos que são visivelmente alinhados a uma ideologia autoritária e fascista. Quais são os impactos de não se ter a regularização da base de dados?</p>	<p>o que é a demanda da secretaria de acompanhar o aprendizado dos estudantes e o limite que não deve ser ultrapassado, de fiscalização do professor.</p>	<p><u>de escolha das ferramentas educacionais digitais pela comunidade gestora?</u></p>
<p>Pergunta específica: Estamos construindo consumistas, quando aliamos a educação digital nas escolas? Como pensar uma educação freiriana dentro desses espaços e plataformas? E como pensarmos em um universo digital, os povos quilombolas, os povos indígenas e a periferia?</p>	<p><u>Djaine Damiati:</u> A educação aberta é uma grande aliada, pois pode chegar onde pessoas e conteúdos não conseguem chegar, por conta da sua portabilidade.</p> <p><u>Ana Dal Fabbro:</u> O governo está olhando para escolas que foram preteridas historicamente. Existe um desafio muito grande, mas o MEC está olhando para a conectividade. É necessário ter recursos educacionais digitais contextualizados, com olhar específico para contextos diferentes e para isso precisamos de diferentes olhares.</p>	<p><u>O governo já dispõe de programas para aliar aspectos culturais no desenvolvimento das tecnologias?</u></p> <p><u>Quais devem ser as medidas a serem consideradas na adoção de recursos educacionais de modo a afastar qualquer discriminação ou assimetria que possa ser gerada?</u></p>

CONCLUSÕES DOS PALESTRANTES

Palestrante	Síntese da fala
<p>Ana Dal Fabbro</p>	<p>É preciso pensar nas tecnologias como forma de expandir as possibilidades de acesso e não de exclusão. Isso é possível aliando recursos acessíveis, tecnologias com menor custo, mais personalização. A educação aberta pode ser aliada da universalização, para que conteúdos e pessoas possam chegar em lugares que não chegariam.</p>
<p>Stephane Lima</p>	<p>Apesar de ser caro investir em infraestrutura e tecnologia, é mais caro não investir nesses recursos. A governança digital é</p>

	multistakeholder, Estado, empresas e população devem ser aliados.
Sill Pontes	Recursos abertos precisam ser reaproveitados, plataformas e ambientes com software livre. Há um grande trabalho ainda a ser feito.
Thaís Rugolo	Qualquer regulação que venha a ser considerada não pode deixar de lado o potencial emancipatório da educação, o direito universal à educação de qualidade e que os recursos digitais não sejam utilizados para aprofundar assimetrias e desigualdades.